

CURSO DE TÉCNICO DE APOIO À GESTÃO ACÇÃO 4
2º TESTE DO MÓDULO DE LEGISLAÇÃO COMERCIAL E ADMINISTRATIVA

Lisboa, 08 de Junho de 2010

Duração da Prova: 60 m.

Nome: Fern Lúcia Rodrigues Vabdeiro

Nº: 20

*10 (2010)
Resposta*

GRUPO I - ASSINALE COM UM "X" A RESPOSTA CORRECTA

1. O direito administrativo é:	
a) O direito de bem administrar.	
b) Um conjunto de normas que regula a organização e o funcionamento das entidades da Administração Pública no exercício da actividade administrativa de gestão pública.	X
c) Um ramo de direito público que regula toda a actividade da Administração Pública.	
2. A Administração pública é:	
a) A actividade exercida pelos órgãos de soberania do Estado.	
b) A actividade exercida por pessoas colectivas públicas que visa a satisfação, regular e contínua, das necessidades da colectividade, nos termos da lei e sob o controlo dos tribunais administrativos.	X
b) A actividade exercida por pessoas colectivas, públicas ou privadas, que visa a satisfação, regular e contínua, das necessidades da colectividade, de acordo com a lei e sob o controlo dos tribunais	
3. As pessoas colectivas públicas são:	
a) Associações ou fundações sem fins lucrativos que o Governo reconheceu como tendo utilidade pública.	
b) Criadas por um conjunto de pessoas que visa a satisfação do interesse público.	
c) Constituídas pelo poder central ou local, visando exclusivamente a satisfação do interesse público.	X
4. Que categorias de pessoas colectivas públicas existem?	
a) Governo, Institutos Públicos, Empresas Públicas, Associações Públicas, Juntas de Freguesia e Regiões Autónomas.	
b) Estado, Institutos Públicos, Empresas Públicas, Associações Públicas, Autarquias Locais e Regiões Autónomas.	X
c) Estado, Institutos Públicos, Empresas Públicas, Autarquias Locais e Regiões Autónomas.	
5. O Estado é uma pessoa colectiva pública porque:	
a) É uma organização permanente, não confundível com os seus governantes, possui órgãos com competências específicas, património, contas e funcionários próprios e tem direitos e obrigações.	
b) É dirigido pelo governo e o seu pessoal está submetido ao regime da função pública.	X
c) Nenhuma das respostas anteriores é verdadeira.	
6. A diferença entre órgão e titular é a seguinte:	
a) Um órgão é um ministério. Titular é o ministro respectivo.	
b) Órgão é um centro de poderes funcionais. Titular é o indivíduo que exerce temporariamente tais poderes e através do qual a pessoa colectiva expressa a sua vontade.	X
c) Órgão e titular são sinónimos.	
7. O governo é o órgão principal da administração pública porque:	
a) É encabeçado pelo 1º ministro e é ele que decide o rumo do país.	
b) No exercício da sua actividade, cria decretos-lei, elabora regulamentos e celebra contratos <i>administrativos</i> .	

c) Dirige a administração do Estado e superintende ou tutela toda a administração não estadual.	<input checked="" type="checkbox"/>
---	-------------------------------------

8. O poder de superintendência é uma faculdade do:	
a) Governo e traduz-se no poder de dar ordens directas e instruções às pessoas colectivas públicas.	
b) Estado e traduz-se na definição dos objectivos a prosseguir pelos institutos públicos e empresas públicas.	
c) Governo e traduz-se, nomeadamente, na definição dos objectivos a prosseguir por algumas entidades públicas e em exigir-lhes esclarecimentos ou informações.	<input checked="" type="checkbox"/>

9. O governo é composto por:	
a) 1º ministro, ministros e ministros de Estado.	
b) 1º ministro, ministros e directores-gerais.	
c) 1º ministro, ministros e secretários de Estado.	<input checked="" type="checkbox"/>

10. A diferença entre um ministro e um secretário de Estado é a seguinte:	
a) O ministro é um superior hierárquico do secretário de Estado.	
b) O ministro tem não só funções administrativas, como também políticas ou legislativas, através da sua participação em Conselho de Ministros, enquanto o secretário de Estado exerce apenas uma competência administrativa delegada.	<input checked="" type="checkbox"/>
c) Nenhuma das respostas anteriores é verdadeira.	

11. Podemos afirmar que:	
a) Os órgãos locais do Estado e os órgãos autárquicos são a mesma coisa.	
b) Os órgãos locais do Estado pertencem à administração directa, enquanto os órgãos autárquicos fazem parte da administração autónoma.	<input checked="" type="checkbox"/>
c) Os órgãos locais do Estado existem por força da desconcentração de poderes para, assim, poderem servir melhor toda a população, tendo uma competência limitada a determinada área territorial, enquanto os órgãos autárquicos não.	

12. São exemplos de órgãos locais do Estado:	
a) O Centro de Formação Profissional de Lisboa para o Sector Terciário e uma determinada direcção escolar.	
b) A ASAE e o comandante distrital da PSP de Évora.	
c) O director da 5ª repartição de finanças e o governador civil de Lisboa.	<input checked="" type="checkbox"/>

13. A administração pública directa distingue-se da indirecta na seguinte medida:	
a) A administração directa é a actividade exercida por órgãos e serviços que dependem hierarquicamente do governo. A administração indirecta é a actividade que visa a realização das atribuições do Estado como, por exemplo, a criação de emprego e a formação profissional, mas actividade essa que é exercida por pessoas colectivas distintas do Estado.	<input checked="" type="checkbox"/>
b) A administração directa é a actividade exercida por órgãos e serviços integrados nos vários ministérios e a administração indirecta é a actividade exercida pelos institutos públicos, sendo apenas tutelada pelo governo.	
c) A administração directa é exercida por órgãos e serviços do Estado e a indirecta é exercida por qualquer pessoa colectiva diferente do Estado.	

14. As autarquias locais dividem-se em:	
a) Câmaras municipais e juntas de freguesia.	
b) Municípios e freguesias.	<input checked="" type="checkbox"/>
c) Nenhuma das respostas anteriores é verdadeira.	

15. O conceito de autarquia local envolve os seguintes elementos:	
a) Território e agregado populacional.	
b) Órgãos representativos de determinada população que agem para satisfação dos interesses próprios dessa mesma população.	
c) As respostas anteriores complementam-se e formam a resposta correcta.	X

16. Os órgãos dos municípios são:	
a) Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Presidente da Junta de Freguesia .	
b) Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Presidente da Câmara .	X
c) Câmara Municipal, Presidente da Câmara e Presidente da Junta de Freguesia .	

17. À Câmara Municipal compete, entre outras coisas, o seguinte:	
a) Representar o município.	
b) Aprovar o plano de actividades do município e respectivo orçamento.	
c) Executar as deliberações da Assembleia Municipal.	X

18. Toda a actuação da Administração Pública está sujeita a princípios. O princípio geral de direito administrativo que se traduz na subordinação da administração à lei é:	
a) O princípio da imparcialidade.	
b) O princípio da igualdade.	X
c) O princípio da legalidade.	

19. O princípio segundo o qual os funcionários e agentes da Administração Pública estão, no exercício das suas funções, exclusivamente ao serviço do interesse da colectividade é:	
a) O princípio da prossecução do interesse público.	X
b) O princípio da não discriminação ou da igualdade.	
c) O princípio da desburocratização e da eficiência.	

20. O princípio do acesso à justiça é aquele que permite aos particulares:	
a) Recorrer gratuitamente a tribunal sempre que queiram.	
b) Recorrer aos tribunais administrativos para salvaguardar os seus direitos e interesses legalmente protegidos.	X
c) Ambas as respostas estão correctas.	

BOA SORTE!

Valoração da Prova (0-20v.) - 1v * 20